

BOLETIM 175

Brasília, 29 de julho de 2016

Trabalhadores defendem menos juros e retomada do investimento e da produção nacional

Conheça, abaixo, o Manifesto elaborado pelas centrais sindicais, aprovado na Assembleia Nacional dos Trabalhadores pelo Emprego e Pela Garantia de Direitos

“Os trabalhadores/as brasileiros enfrentam dois grandes desafios: o aumento do desemprego com redução de salários e pela tentativa de desmonte das políticas de inclusão social, inspirada na vontade da população e expressas na Constituição Cidadã de 1988.

Crescer e distribuir renda são bandeiras permanentes do Movimento Sindical, cujas responsabilidades vão muito além do embate entre o capital e o trabalho nas mesas de negociação. É necessário contrapor-se, de forma categórica e veemente, às forças que querem suprimir os avanços e as conquistas duramente alcançadas pelos trabalhadores/as brasileiros ao longo de sua história.

A luta que se deve travar requer organização e mobilização para resistir e combater ameaças ao regime de previdência e seguridade social, às relações de trabalho e



emprego e as tentativas de criminalizar os movimentos sociais.

Previdência e Seguridade Social

A reforma da Previdência e Seguridade Social, tomada como um dos pilares do ajuste das contas públicas, revela uma concepção excludente e estritamente financeira da questão, ameaçando a parcela da população que mais depende de políticas de estado.

Constituem medidas inaceitáveis e contrárias aos interesses mais elementares dos trabalhadores/as, dos aposentados e beneficiários do sistema previdenciário as propostas de alterações da idade mínima para aquisição do direito à aposentadoria; a desvinculação dos benefícios previdenciários dos reajustes concedidos ao salário mínimo; a equiparação da idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres; o nivelamento do tratamento previdenciário entre trabalhadores/as urbanos e rurais e a incorporação do Ministério da Previdência ao Ministério da Fazenda.

Os trabalhadores continuarão lutando pela manutenção e avanço das regras que regem a Previdência e resistindo aos ataques que lhe são dirigidos.



Flexibilização das Relações de Trabalho

Com a economia em recessão, o mercado de trabalho se enfraquece, o desemprego cresce, os salários caem, a informalidade avança, a rotatividade da mão de obra aumenta e o processo indiscriminado de terceirizações se generaliza. Esse conjunto de fatores precariza as condições e as relações de trabalho, fragiliza a organização e o poder de barganha dos trabalhadores e reduz a participação dos salários na renda nacional.

Algumas armadilhas têm sido colocadas no caminho dos trabalhadores e vendidas como solução para os problemas do emprego. Uma delas é a suposta vantagem do “negociado sobre o legislado”, ou seja, da prevalência dos resultados das negociações entre patrões e empregados sobre o que prevê a legislação em vigor, mecanismo que, certamente, seria utilizado pelo empresariado para rebaixar direitos trabalhistas consagrados.

É enganoso acreditar que as condições que permeiam o processo de negociação no Brasil asseguram o mesmo poder de barganha às partes envolvidas: ausência de organização no local de trabalho; persistência de práticas antissindiciais; restrições ao direito de greve; e interdito proibitório, entre outros entraves, evidenciam a desvantagem dos trabalhadores/as em relação aos patrões.

As Centrais Sindicais, além de defenderem, insistentemente e cotidianamente, o fortalecimento das negociações coletivas como instrumento para o avanço das condições legalmente previstas, não abrem mão do patamar mínimo legal assegurado pela CLT e pela Constituição Federal de 1988.

Emprego

De todos os males que podem se abater sobre os trabalhadores, o maior e mais grave é o desemprego, cujas consequências sociais e psicológicas são devastadoras para quem perde o emprego, para sua família e para toda a sociedade. Nesse sentido, todo esforço para defender o emprego será pouco diante do potencial desagregador que sua ausência significa.

O mercado interno, fundamental para o crescimento econômico, só se viabiliza se as pessoas estiverem empregadas e recebendo salários, o que prova a história recente do país. Além disso, quanto mais pessoas estiverem empregadas, maiores serão as possibilidades de financiamento da previdência e seguridade social.

Apesar da importância do emprego para a sociedade, o governo não tem atuado para a solução desse grave problema. Ao contrário, na contra mão do que deseja toda a sociedade, tem proposto medidas que aprofundam cada vez mais o drama dos trabalhadores/as.

Considerando a necessidade urgente do aumento dos níveis de emprego, as Centrais Sindicais convocam todos os trabalhadores para o Dia Nacional de Mobilização e Luta pelo Emprego e pela Garantia de Direitos, a ser realizado em 16 de agosto de 2016, em todo o Brasil e reivindicam a adoção das seguintes medidas:

- Redução da taxa de juros que viabilizem a retomada do crescimento industrial;
- Redução da jornada de trabalho de 40 horas semanais sem redução de salários;
- Retomada do investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la;

- Retomada e ampliação os investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas renováveis, em especial a Petrobrás;
- Destramento do setor de construção, através de instrumentos institucionais adequados, que garantam a manutenção das atividades produtivas e dos empregos nas empresas do setor;
- Criação de condições para o aumento e manutenção da produção e das exportações da indústria de transformação;
- Adoção e aprofundamento de políticas que deem sustentação ao setor produtivo, de adensamento das cadeias e reindustrialização do país, com contrapartidas sociais e ambientais;
- Incentivos às políticas de fortalecimento do mercado interno para incrementar os níveis de produção, consumo, emprego, renda e inclusão social.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Bancos privados de olho nos recursos do FGTS administrados pela Caixa Econômica

De olho gordo em um saldo de mais de R\$ 300 bilhões, bancos privados como Santander e Bradesco estão interessados em quebrar o monopólio estatal da Caixa Econômica Federal sobre a administração do FGTS. Eventual mudança depende do aval do Congresso Nacional, que em julho aprovou o saque ao FGTS para garantir que o trabalhador pague o crédito consignado aos bancos.



Os bancos querem ter acesso aos recursos dos FGTS, que são estáveis, de longo prazo e barato. Em nota, o Santander disse que “apoia medidas que visem à gradual desregulamentação do sistema financeiro nacional, de forma a aumentar a competitividade do setor, com benefícios para toda a sociedade”. O Banco do Brasil disse ao Globo que não tem interesse no negócio.

O FGTS foi criado em 1966, com o fim da estabilidade do emprego. Sua liberação é prevista em caso de demissão sem justa causa, término do contrato por prazo determinado, situações específicas como extinção de empresa, contrato nulo ou desastres naturais. Sua gestão só foi centralizada na Caixa em 1992, após CPI mista que apurou irregularidades do Fundo.

Em 1999, uma mudança na lei fez com que os trabalhadores perdessem bilhões de reais. Isso ocorreu porque sobre o saldo da conta do FGTS de cada trabalhador a Caixa aplica anualmente a correção de 3% mais a TR (Taxa de Referência, aplicada mensalmente). A TR é uma taxa estabelecida pelo governo e não repõe a inflação. Ou seja, a correção fica abaixo da inflação ocasionando perdas no FGTS.



É bom lembrar que o FGTS é utilizado pelo governo em habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, o que prejudica também a realização de projetos nessas áreas.

As Centrais Sindicais ingressaram na Justiça com ações coletivas para resgatar a correta incidência da correção monetária sobre os depósitos do FGTS, não aplicada desde 1999, com a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Ata do Copom reafirma: juros continuarão na lua

Sob o pretexto de “riscos de curto prazo para a inflação”, a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reafirmou o comunicado da semana passada de que “o cenário básico e o atual balanço de riscos indicam não haver espaço para flexibilização da política monetária”. O que significa dizer que os juros continuarão na lua.

Na semana passada, o Copom manteve a taxa básica de juros em 14,25% ao ano, mesmo patamar desde julho de 2015. Em termos reais, descontada a inflação, a taxa de juros foi a 8%, a maior do mundo.

Segundo o BC, “períodos prolongados de inflação alta e expectativas acima da meta, como na experiência brasileira recente, tendem a reforçar mecanismos inerciais e tornar o processo de desinflação mais lento e custoso. Nesse contexto, uma maior persistência inflacionária requer uma persistência maior da política monetária”. Por persistência da política

monetária, leia-se manutenção da atual política de juros altos. A ata diz ainda que “a desinflação em curso tem procedido em velocidade aquém da almejada” e que não houve consenso sobre a velocidade do processo de ajuste da política fiscal.

Conforme a ata, “o Comitê deve procurar conduzir a política monetária de modo que suas projeções de inflação, inclusive no cenário de mercado, apontem inflação na meta nos horizontes relevantes”. Ao assumir a presidência do BC, Ilan Goldfajn disse que seu objetivo é atingir o centro da meta de inflação (4,5%). Para isso, o remédio contumaz do BC é a política de juros altos.

Contudo, até mesmo a ata do BC reconhece o recrudescimento do desemprego: “a economia segue operando com nível elevado de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Terceirização: saiba tudo sobre o tema em debate

Após anúncio do Ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira, de envio de um projeto de terceirização ao Congresso Nacional, o DIAP destaca o que está em debate sobre o tema nos Poderes da República - Judiciário, Executivo e Parlamento -, bem como o que já foi acumulado durante quase duas décadas de tentativas de regulamentar o setor.

A intensificação da terceirização no Brasil, ainda nos anos 70, tornou essa modalidade de contratação uma das mais recorrentes formas de



captação e manutenção de trabalhadores para a realização de serviços diversos. Porém, a carência de uma regulamentação precarizou as relações de trabalho e não limitou a ânsia empresarial de transferir toda a produção entre empresas.

Atualmente, os principais temas em debate no Parlamento são:

- 1 - Responsabilidade solidária ou subsidiária das empresas
- 2 - Pejotização dos trabalhadores, que passariam a emitir Nota Fiscal em detrimento da assinatura formal de contrato de trabalho
- 3 - Representação sindical
- 4 - Quarteirização ou subcontratação
- 5 - Falta de tratamento isonômico entre trabalhadores contratados diretamente e os terceirizados
- 6 - Alcance da terceirização (atividade meio e atividade fim ou empresas especializadas)

No Judiciário - Passadas duas décadas do início de sua adoção e objetivando estabelecer regras para a terceirização desenfreada, o Poder Judiciário foi obrigado e criou um regramento para as ações que chegam todos os anos na Justiça do Trabalho. Trata-se da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), editada na década de 90, e que baliza o julgamento dessas ações laborais.

A Súmula não protege o trabalhador de maneira antecipada, o que acaba por ensejar acúmulo de ações nos tribunais causado pelo não cumprimento da legislação trabalhista em vigor pelos empregadores.

Ademais, não raras as vezes, as soluções dadas pela Justiça do Trabalho são objeto de questionamentos perante o Supremo Tribunal Federal (STF), como na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324, da

Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a entidade patronal se posiciona contra a restrição, a limitação, o impedimento e a liberdade na prática da terceirização presente na Súmula 331 do TST.

Também merece destaque o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 713.211, de autoria da Cenibra – Celulose Nipo Brasileira S/A, no qual a empresa multinacional contesta decisão do TST que decretou ilegalidade de terceirização de parte de atividades-fim da empresa, reputando como nulos todos os contratos de prestação de serviços por fraude, e vedando novas contratações, sob pena de multa diária.

Essas ações estão pendentes de julgamento no STF, sendo a primeira sob a relatoria do ministro Roberto Barroso, e a segunda, sob a responsabilidade o ministro Luiz Fux.

Opinião da PGR - A manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) proferida em 18/5/2015 é pelo não conhecimento da ADPF 324, que merece ter seguimento negado, na forma do art. 4º, caput, da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, e do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, por decisão monocrática.

No mérito, caso ultrapassadas as preliminares, opina pela improcedência do pedido, pelas razões expostas no parecer no recurso extraordinário com agravo 713.211/MG.

Quanto ao Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 713.211, da Cenibra, o parecer da PGR foi pelo não conhecimento ou pelo desprovimento do mesmo.

No Executivo - No Poder Executivo algumas tentativas foram tomadas com o objetivo de regulamentar o setor, ora via debate em fórum

especial entre representantes dos empresários, dos trabalhadores e do governo, ora por meio do envio de proposições ao Congresso.

No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi enviado à Câmara dos Deputados o PL 4302/1998. Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi encaminhada a Mensagem 389/2003, que pediu a retirada de tramitação do projeto de FHC. Ainda no governo Lula foi elaborada uma minuta de projeto pelo Ministério do Trabalho e Emprego que não chegou a ser encaminhada ao Legislativo.

Na Câmara dos Deputados - Na Câmara dos Deputados existem dezenas de projetos tratando sobre a temática da terceirização. Em 2011, uma comissão especial de estudos produziu um texto que foi apreciado pelo plenário da Casa e aguarda votação no Senado Federal.

Os deputados também analisam o projeto de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O PL 4302/1998 chegou a ser aprovado na Câmara, foi alterado na Casa revisora e atualmente aguarda parecer do substitutivo do Senado a ser oferecido pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Laércio Oliveira (SD-SE).

No Senado Federal - No Senado Federal cinco projetos tramitam sobre o tema. O que está com a tramitação mais avançada é o PLC 30/2015, do ex-deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).

O PLC 30 está sob a relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS) na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, também conhecida como Agenda Brasil. Caso seja aprovado da forma que está vai à sanção da Presidência da República.

Os outros quatro projetos são, respectivamente: PLS 87/2010, do ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG); PLS 447/2011, do



senador Sérgio Souza (PMDB-PR), PLS 300/2015, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), e o PLS 554/2015, dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Apenas os projetos (PLS 300 e 554, ambos de 2015) não estão anexados ao projeto do ex-deputado e empresário Sandro Mabel (PLC 30/2015). Mas já há requerimento do senador Paulo Paim para que haja o apensamento do PLS 300 de modo que o parecer que irá formular analise amplamente a temática da terceirização em tramitação no Congresso Nacional.

A tendência é de que o senador Paulo Paim produza um substitutivo, que sendo aprovado será encaminhado para análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: Diap

Defesa de Dilma entrega síntese de provas à Comissão do Impeachment

A defesa da presidenta afastada Dilma Rousseff entregou, na tarde dessa quinta-feira (28), à Comissão Processante do Impeachment no



Senado, os documentos com as alegações finais do processo.

A peça, com cerca de 500 páginas, foi entregue pelo ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, um dos advogados da defesa de Dilma.

Cardozo explicou que se trata de uma peça que sintetiza todas as provas que foram reunidas ao longo desse período: testemunhas, perícias e prova documental.

Segundo o advogado, na peça de defesa também foram abordados vários fatos que surgiram ao longo desse processo. Ele ressaltou a importância da proposta de arquivamento que o Ministério Público Federal fez relativamente ao inquérito que tratava das pedaladas.

As alegações finais da defesa de Dilma serão agora analisadas pelo relator do processo, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que deverá apresentar seu parecer sobre o processo até o dia 2 de agosto, quando o relatório será lido na comissão processante.

Fonte: Portal EBC

Governo Central registra maior déficit primário da história no primeiro semestre

A queda das receitas em meio ao crescimento de gastos obrigatórios fez o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrar o maior déficit primário da história no primeiro semestre. De janeiro a

junho, o resultado ficou negativo em R\$ 32,521 bilhões. O rombo é bem maior que o registrado no mesmo período de 2015 (R\$ 1,76 bilhões).

O déficit primário é o resultado negativo das contas do governo antes do pagamento dos juros da dívida pública. Apenas em junho, o Governo Central teve déficit de R\$ 8,802 bilhões, negativo para o mês pelo terceiro ano seguido e também o maior déficit da história. Em junho do ano passado, a conta estava negativa em R\$ 8,249 bilhões.

O resultado negativo em junho só não foi pior por causa da antecipação de recursos da renovação de concessões de usinas hidrelétricas. Uma concessionária pagou, na última semana de junho, R\$ 5,2 bilhões que venceriam em 4 de julho. Realizado em novembro do ano passado, o leilão rendeu R\$ 16 bilhões ao governo, dos quais R\$ 11 bilhões haviam sido pagos em janeiro ao Tesouro Nacional.

A queda da arrecadação provocada pelo agravamento da crise econômica continua a ser a principal causa do aumento do déficit primário em 2016. De janeiro a junho, as receitas líquidas caíram 5,1%, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em relação ao mesmo período do ano passado.

Pressionadas pelos gastos obrigatórios, as despesas totais ficaram praticamente estáveis, subindo 0,3% acima do IPCA nos seis primeiros meses do ano. Apenas em junho, no entanto, os gastos caíram 5%, descontado o IPCA em relação a junho do ano passado.

Previdência - Os gastos com a Previdência Social subiram 5,4% além da inflação nos seis primeiros meses do ano. As demais despesas obrigatórias cresceram 1,5% acima da inflação. Os



gastos discricionários (não obrigatórios), no entanto, caíram 5,8%, descontado o IPCA. As despesas de custeio (gasto com a manutenção da máquina pública) caíram 7,9% de janeiro a junho.

Os investimentos – gastos com obras públicas e compra de equipamentos – somaram R\$ 26,775 bilhões, recuo de 12,4% também considerando a inflação oficial. Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) totalizaram R\$ 19,103 bilhões, queda de 12,7% descontada a inflação.

Os investimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida somaram R\$ 2,997 bilhões, retração real de 61,4%. A queda deve-se principalmente à autorização para que a construção dos imóveis para a população de baixa renda seja financiada com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que passou a valer neste ano e diminuiu o uso de recursos do Orçamento no programa habitacional.

Fonte: Agência Brasil

Decisões judiciais em saúde custam R\$ 7 bilhões para o Brasil

Nesta quinta-feira (28), o ministro Ricardo Barros criticou o impacto que as decisões judiciais trazem para a gestão da saúde. Segundo ele, a judicialização da saúde gera um custo adicional de R\$ 7 bilhões ao sistema, o que "desestruturar o orçamento", disse. Ele afirmou que os pedidos na Justiça não acompanham "a capacidade do brasileiro de pagar impostos".

O valor inclui decisões judiciais que determinam a compra de remédios, equipamentos e outros suprimentos da área de saúde que não são cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

"Isso desestrutura o orçamento da saúde", disse o ministro. "Há uma ampla discussão sobre onde e como devemos aplicar os recursos de saúde e a judicialização desloca esses recursos do planejamento para atendimento de emergências que a população demanda na justiça."

Ele anunciou que existe um plano de se criar um grupo para assessorar juízes e promotores a fim de evitar a prescrição de tratamentos que trazem gastos adicionais e que já têm alternativas administradas pelo SUS ou que não sejam os mais adequados para aquela situação. "Esperamos até setembro ter um acordo para que haja um núcleo de atenção de assistência técnica", declarou.

Demissões - Questionado sobre a leva de demissões no ministério, o chefe da pasta declarou ter exonerado 315 comissionados a pedido do Planalto, como forma de enxugar o ministério. Os cargos serão ocupados interinamente por funcionários de carreira. No entanto, ele não descartou a possibilidade de recontratar servidores não concursados futuramente.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)